

DOI: <http://dx.doi.org/10.18817/ot.v16i28.703>*O ENSINO DE HISTÓRIA ANTIGA NO BRASIL E O DEBATE DA BNCC¹**THE TEACHING OF ANCIENT HISTORY IN BRAZIL AND THE BNCC DEBATE**LA ENSEÑANZA DE HISTORIA ANTIGUA EN BRASIL Y EL DEBATE DE LA BNCC*

DOMINIQUE SANTOS

Doutorado/FURB – Universidade de Blumenau

Blumenau/Santa Catarina/Brasil

dvcsantos@furb.br

Resumo: A primeira versão da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), anunciada em setembro de 2015 e publicada em 2016, objetivava padronizar o ensino no Brasil, apontando temas que deveriam corresponder a 60% da carga horária do Ensino Fundamental e Médio. Na área de História, as interpretações apresentadas geraram grande polêmica, uma vez que duas categorias importantes para o trabalho do historiador, tempo e espaço, foram insuficientemente abordadas. O texto inicial da BNCC praticamente excluiu, dentre outras áreas, a História Antiga do currículo sugerido, provocando respostas imediatas. No âmbito de tal debate, professores (as) de História Antiga manifestaram-se, sobretudo a partir de artigos científicos, redes sociais e mídia, respondendo, de certa maneira, a pergunta: História Antiga para quê? Este artigo analisa tais intervenções de modo a tentar compreender quais justificativas foram apresentadas naquela ocasião para a permanência de História Antiga em um currículo nacional.

Palavras-chave: História Antiga. Currículo. BNCC.

Abstract: The first version of the National Curricular Common Base, announced in September 2015 and published in 2016, aimed to standardize teaching in Brazil, pointing out themes that should correspond to 60% of the hours of primary and secondary education. In History, it was all, but controversy, since two important categories to the historian's work, time and space, were insufficiently approached. Initially, among other areas, Ancient History was excluded of the suggested curriculum, which caused immediate criticism. In the context of such a debate, teachers of Ancient History addressed the subject on academic papers, social networks and the media. In a certain way, all of them answered the question: Ancient History, what for? This article analyzes these interventions in order to comprehend what justifications were presented at that time for the permanence of Ancient History in a national curriculum.

Keywords: Ancient History. Curriculum. BNCC.

Resumen: La primera versión de la Base Nacional Común Curricular, anunciada en septiembre de 2015 y publicada en 2016, objetivaba estandarizar la enseñanza en Brasil, apuntando temas que deberían corresponder a 60% de la carga horaria de la Enseñanza en el Fundamental y Medio. En Historia, las interpretaciones presentadas generaron gran polémica, ya que dos categorías importantes al trabajo del historiador, tiempo y espacio, fueron insuficientemente abordadas. El texto inicial de la BNCC prácticamente excluyó, entre otras áreas, la Historia Antigua del currículo sugerido, provocando respuestas inmediatas. En el marco de tal debate, los profesores de Historia Antigua se manifestaron, sobre todo a partir de artículos científicos, redes sociales y medios digitales, respondiendo la pregunta: Historia Antigua para qué? Este artículo analiza estas intervenciones para intentar comprender qué justificaciones se presentaron en aquella ocasión para la permanencia de la Historia Antigua en un currículo nacional.

Palabras clave: Historia Antigua. Currículo. BNCC.

¹ Artigo submetido à avaliação em fevereiro de 2019 e aprovado para publicação em junho de 2019.

Introdução

O artigo 210 da Constituição Federal de 1988 já apontava para a necessidade da existência de uma formação mínima comum que abrangesse todo o território nacional. O fato foi lembrado na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira, que também sugeria uma Base Nacional Comum. Com a publicação do Plano Nacional de Educação, indicador das metas que deveriam ser atingidas pela Educação Brasileira até o ano de 2024, volta-se a falar em uma Base Curricular Comum. A primeira versão da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), no entanto, só veio a ser sistematizada e apresentada formalmente quase trinta anos depois de sua previsão constitucional, foi anunciada em setembro de 2015 e publicada em 2016.

Apesar das três décadas que separam a primeira menção a tal exigência e sua publicação em forma de documento, a primeira versão não foi elaborada em diálogo com os pesquisadores das áreas envolvidas, as entidades científicas, os grupos de pesquisa e assim por diante. Ou seja, não foi fruto de um debate aberto com o conhecimento da sociedade brasileira. Ao contrário, uma comissão de especialistas composta por 116 pessoas foi formada e a participação externa só foi permitida, limitada a um sistema previamente concebido que não permitia alterações, mas apenas acréscimos e questionamentos feitos individualmente a cada um dos itens disponíveis, a partir da elaboração de um texto base.

Na área de História, as interpretações apresentadas geraram grande polêmica, uma vez que duas categorias importantes ao trabalho do historiador, tempo e espaço, foram insuficientemente abordadas. Assim, as várias associações, grupos de pesquisa, núcleos de estudo, laboratórios e docentes, que não haviam sido consultados (as), manifestaram-se sobre o tema, também por motivações diversificadas, pois o texto inicial da BNCC prejudicou inúmeras áreas do conhecimento histórico e, além disso, praticamente excluiu a História Antiga do currículo sugerido, algo sugestivo, sobretudo se considerarmos que a tal comissão especialista não contava com nenhum representante sequer da grande área de História Antiga e Medieval da CAPES. A reação foi quase imediata, professores (as) de História Antiga de todas as partes do Brasil manifestaram-se, principalmente a partir de artigos científicos, redes sociais e mídia, questionando o porquê de uma narrativa de tal natureza ter sido sequer concebida e, ao mesmo tempo, apresentando alguns motivos que justificam a necessidade de se estudar as sociedades antigas em um currículo que se pretende nacional. Essa é a temática que analisamos.

A (Não) Presença de História Antiga na BNCC (Versão 1)

O MEC manteve em sua página sobre a Base Nacional Curricular Comum a história do processo de construção do documento, o que permite acesso à primeira versão lançada, que aparece como “1ª Versão BNCC”, disponibilizada em 16 de setembro de 2015².

Foram pouquíssimas as menções às temáticas relacionadas com as sociedades antigas naquele documento. Na parte de História, como bem sintetizou Priscila Gontijo Leite³, a presença da Antiguidade só se fez notar a partir da relação com o ensino de uma percepção temporal. A Antiguidade é mencionada no 6º ANO/EF, ou seja, sexto ano do Ensino Fundamental, que recebe o título de “representações, sentidos e significados do tempo histórico”⁴. São três menções: a primeira delas ocorre no conteúdo CHHI6F0A066, quando há apenas uma referência aos “egípcios”, que aparecem relacionados com as diversas maneiras de contagem e de registro do tempo; a segunda é uma referência ao modelo quadripartite francês, que a BNCC convida-nos a conhecer e problematizar. Trata-se do conteúdo CHHI6F0A071, que faz referência à “idade antiga”; a terceira e última aparece no conteúdo CHHI6F0A072. O texto convida-nos a “identificar e discutir características, pessoas, instituições, ideias e acontecimentos” relacionados aos vários períodos históricos, sendo a “idade antiga” um deles⁵.

Há apenas mais duas referências à Antiguidade. A penúltima delas ocorre no 3º ANO/EF, ou seja, terceiro ano do Ensino Fundamental. Na parte relacionada com as “comunidades e outros lugares de vivências”, no item “categorias, noções e conceitos”, o conteúdo CHHI3F0A028 objetiva “compreender década, século e milênio como medidas de tempo, considerando a utilização de algarismos romanos”⁶. A última ocorre no 3º ANO/EM, terceiro ano do Ensino Médio, no trecho “Mundos Europeus e Asiáticos”, em que o conteúdo CHHI3M0A055 conlamba-nos a “valorizar os patrimônios materiais e imateriais de povos europeus e asiáticos, tais como gregos, romanos, fenícios e mesopotâmicos, reconhecendo os

² BRASIL. *Base Nacional Comum Curricular (BNCC)*. Consulta Pública. Brasília: MEC: CONSED: UNDIME, 2015. Disponível em: <http://historiadabncc.mec.gov.br/documentos/BNCC-APRESENTACAO.pdf>. Acesso em: 2 abr. 2019.

³ LEITE, P. G. *O ensino da Antiguidade no Brasil: percepções a partir das propostas da BNCC*. Apresentação de Trabalho/Comunicação. 2016.

⁴ BRASIL, op. cit., p. 250-251.

⁵ Ibid.

⁶ BRASIL, op. cit., p. 247.

legados culturais e as diversas formas de se relacionarem com a Estética, a Ética e a Política”⁷.

Para observarmos mais referências à Antiguidade na 1ª Versão BNCC temos que deixar a área de História e recorrer ao currículo previsto para mais duas áreas: Filosofia e Física. Na primeira, há uma referência sobre a Grécia, quando, na definição de tal componente curricular, explica-se que é da “Grécia Antiga que vem seu nome: amiga (filos) da sabedoria (sofia)”⁸.

Já na segunda encontramos mais referências. As unidades de conhecimento e objetivos de aprendizagem para 1º ANO/EM, ou seja, primeiro ano do Ensino Médio⁹, por exemplo, na parte denominada como “Contextualização Histórica, Social e Cultural”, sugere, no conteúdo CNFI1MOA005, que sejam estudados “o movimento não inercial em Aristóteles”, os conceitos de “lugar natural”, na física aristotélica” e também a “descrição das constelações em diferentes culturas dos hemisférios Norte e Sul (como a Europa atual, a Babilônia da Antiguidade e as comunidades indígenas da Amazônia)”¹⁰. Os objetivos de aprendizagem para a Física no 2º ANO/EM também apontam para a necessidade do estudo de sociedades antigas, pois sugerem, no conteúdo CNFI2MOA008, que seja estudado o “magnetismo na Antiguidade”¹¹. No 3º ANO/EM, terceiro ano do Ensino Médio, na parte “Matéria e Radiação em Sistemas e Processos Naturais e Tecnológicos”, no conteúdo CNFI3MOA005, a BNCC também sugere que, na Física, sejam estudados o “átomo grego” e o “horror ao vácuo em Aristóteles”¹². Por fim, também no 3º ANO/EM, na mesma parte, mas agora no conteúdo CNFI3MOA014, o texto pede para que os estudantes de Física reconheçam “a existência de modelos explicativos da origem e da constituição do universo, segundo diferentes épocas e culturas”, apontando para o estudo de “Aristóteles, Ptolomeu e o mundo grego da Antiguidade” e a “cosmologia dos egípcios, babilônios”¹³.

De acordo com o documento da BNCC, a área de Física sugere que sejam abordadas “as diferenças e as mudanças socioculturais na compreensão do espaço e do tempo”, bem como “os contextos históricos, sociais e culturais e os problemas que levaram à produção de descrições e explicações sobre o movimento, percebendo as mudanças de

⁷ BRASIL, op. cit., p. 265.

⁸ Ibid., p. 294.

⁹ Ibid., p. 208.

¹⁰ Ibid., p. 209.

¹¹ Ibid., p. 214.

¹² Ibid., p. 218.

¹³ Ibid., p. 220.

significados dos conceitos ao longo do tempo”¹⁴. Assim, ao que parece, a área de Física mostrou-se mais preocupada em aprofundar e ampliar a compreensão de seus futuros estudantes a partir de exemplos relacionados com as sociedades antigas do que a própria área de História.

Segundo o texto da BNCC debatido, a área de História deveria enfatizar a História do Brasil, chegando, inclusive, a apresentar quatro fundamentos que justificariam tal escolha. Em primeiro lugar, o foco selecionado poderia oferecer “um saber significativo para crianças, jovens e adultos, pois conhecer a trajetória histórica brasileira é conhecer a própria trajetória” (como se a compreensão de outras temporalidades históricas e espaços geográficos também não desempenhasse o mesmo papel); em segundo, afirma que o saber histórico deve fomentar a curiosidade científica e a familiarização com outras formas de raciocínio, porém, isso deve ocorrer “a partir do acesso a processos e a problemas relacionados à constituição e à conformação do Brasil, como país e como nação” (algo desprovido de sentido, pois o objetivo desejado é talvez melhor atingido ou, pelo menos, mais aprofundado por histórias diferentes da nacional); o terceiro argumento é de que a escolha pelo Brasil faculta o acesso às fontes, aos documentos, aos monumentos e ao conhecimento historiográfico (argumento incoerente, pois, na era digital, milhões de fontes estão disponíveis na palma da mão, pelo celular ou tablet); o quarto e último argumento é de que “a História do Brasil deve ser compreendida a partir de perspectivas locais, regionais, nacional e global, para construção e manutenção de uma sociedade democrática” (algo que, sem dúvida, o estudo de histórias e historiografias não nacionais também poderia fomentar)¹⁵.

Assim, a primeira versão da BNCC, área de História, pôde facilmente ser caracterizada como “presentista” e “brasileira” pela crítica geral. As áreas mais contempladas no documento inicial da BNCC foram, curiosamente, aquelas relacionadas com as dos especialistas convidados a trabalhar na confecção do texto. Elaboraram aquela versão cinco especialistas em populações nativas brasileiras; três eram da área de Ensino de História; dois estudam e pesquisam temáticas afro-brasileiras, e um era especialista em metodologia da História. Talvez isso nos auxilie a compreender a presença de temáticas como as do componente CHHI6FOA074, que preveem o estudo do “Grão-Pará e do Maranhão” ou o “Reino Unido a Portugal e Algarves”¹⁶. A ANPUH-RS, por exemplo, considerou que seria necessário suprimir conteúdos assim da BNCC. Em sua manifestação sobre o tema, afirmou

¹⁴ Ibid., p. 209.

¹⁵ Ibid., p. 243.

¹⁶ Ibid., p. 251.

que deveria ocorrer a “supressão de exemplos de fenômenos históricos excessivamente localizados e específicos – como economia gomífera, pacificação do Rio de Janeiro, escravidão no Grão-Pará, dentre outros – mais adequados para propostas curriculares regionais”¹⁷.

Não sem motivo, coordenações de curso e de NDE, chefias de departamento, diretores de centro, reitores, laboratórios, núcleos e grupos de pesquisa, professores e associações, incluindo a própria ANPUH – Associação Nacional de História –, tanto a direção central quanto suas seções estaduais, expressaram seu descontentamento. Historiadores (as) de várias áreas do conhecimento histórico manifestaram-se na ocasião (História da África, História da América, Teoria da História, História Medieval, dentre outras).

A (não) presença de História Antiga na primeira versão da BNCC intrigou os (as) docentes da área, que reagiram à proposta e passaram a debatê-la a partir de vários meios. Passemos a analisar, então, como foram as intervenções dos (as) professores (as) de História Antiga no Brasil. O objetivo é tentar compreender quais justificativas foram apresentadas na ocasião para a permanência de História Antiga em um currículo nacional, o que parece ter sido considerado, uma vez que a área apareceu com maior destaque na segunda versão e foi ainda mais amplamente representada no documento final, apesar deste estar longe de ser o ideal.

História antiga pra quê? As justificativas apresentadas nos debates em torno da BNCC (versão 1)

Um dos principais argumentos apresentados é o de que estudar História Antiga poderia aprofundar a compreensão dos estudantes brasileiros de noções como alteridade e multiplicidade das experiências humanas, ou seja, a percepção de que as identidades são socialmente construídas. Um Ensino de História pautado em tais concepções poderia contribuir para desnaturalizar a forma como a nossa sociedade está organizada, permitindo entendê-la como uma invenção humana. Segundo Priscila Gontijo Leite, o Ensino de História Antiga poderia assegurar aprendizados assim, pois “permite ao aluno o encontro com o outro, exercitando sua alteridade, permitindo o desenvolvimento da consciência do seu passado e de

¹⁷ANPUH-RS. *Documento da ANPUH-RS sobre a BNCC/MEC*. Porto Alegre, 20 de Fevereiro de 2016. O texto pode ser consultado na página da ANPUH nacional e encontra-se disponível a partir do link: http://www.anpuh-rs.org.br/informativo/view?ID_INFORMATIVO=5658&fbclid=IwAR0RUwjJgfwO1w3LcBcuovpWxj_58EnL-Jjc11V-iJJ_YkQWfGINWgziIjQ. Acesso em: 2 abr. 2019.

suas ligações com o presente”¹⁸. Segundo José Petrucio de Farias Júnior, o estudo das sociedades antigas colabora para o exercício deste “olhar sobre o ‘outro’, seus modos de agir e pensar, crenças e percepções de si” e isso “permite-nos aprimorar a reflexão sobre o nosso lugar no presente”¹⁹.

A questão também é destacada pela carta aberta dos professores do Norte e Nordeste sobre a BNCC, em que podemos ver as assinaturas de Roberta Alexandrina (UFPA), José Maria Gomes de Souza Neto (UPE), Márcia Severina Marques (UFRN), Joana Clímaco (UFAM), além de Priscila Gontijo Leite (UFPB) e José Petrucio de Farias Júnior (UFPI), mencionados no parágrafo anterior. Para o coletivo de professores (as), o Ensino de História Antiga poderia “colaborar para a compreensão da formação e da dinâmica de sociedades diferentes da nossa a partir de suas próprias categorias de pensamento, visões de mundo e expectativas sobre vida, bem como modos de agir e pensar”²⁰.

Outro argumento recorrente é o de que a História Antiga possibilita acesso às experiências humanas globais, uma perspectiva universal da formação humana. O documento produzido pelo GT Catarinense de História Antiga e Medieval, dos quais faziam parte naquele contexto Dominique Santos (FURB) e Renato Viana Boy (UFFS), além da medievalista Aline Dias da Silveira (UFSC), expressa bem a questão. A proposta é que as histórias locais, regionais e nacionais sejam estudadas a partir de sua relação com uma história da humanidade. Em sintonia com o que a historiografia internacional tem chamado de “História Global” e “História Transnacional”, a História Antiga poderia colaborar para que o Ensino de História transcendesse as identidades nacionais e evitasse nacionalismos. O conhecimento de outras culturas, sobretudo sociedades em diferentes temporalidades, em escalas globais, poderia proporcionar uma perspectiva descolonizadora e um conhecimento crítico da história mundial, evitando déficit teórico e carência de orientação e sentido²¹.

O documento elaborado pela Rede Goiana de Pesquisa em História Antiga e História Medieval da Fundação de Apoio à Pesquisa do Estado de Goiás, em que constam as assinaturas de Ana Teresa Marques Gonçalves (UFG), Edson Arantes Júnior (UEG), Luana Neres de Souza (IFG), Luciana Munhoz de Omena (UFG) e Victor Passuello (UEG), também

¹⁸ LEITE, op. cit., p. 17.

¹⁹ FARIAS JÚNIOR, José Petrucio de. Reflexões em torno do ensino de História Antiga na graduação: relato de experiência a partir da Universidade Federal do Piauí. *Sobre Ontens*, v. 1, p. 1-13, 2016. Cf. páginas 3-4.

²⁰ CARTA ABERTA DOS PROFESSORES DO NORTE E NORDESTE SOBRE A BNCC. Recife, 25 nov. 2015. Disponível em: <https://anpuh.org.br/index.php/bncc-historia/item/3149-carta-de-professores-do-norte-e-nordeste-sobre-a-bncc>. Acesso em: 2 abr. 2019.

²¹ PROPOSTA DO GT ANPUH/SC. *Proposta do GT ANPUH/SC de História Antiga e Medieval para o debate sobre a BNCC*. Disponível em: <http://meridianum.ufsc.br/2016/02/proposta-do-gt-anpuhsc-de-historia-antiga-e-medieval-para-o-debate-sobre-a-bncc/>. Acesso em: 2 abr. 2019.

compartilha o argumento. A rede de professores (as) lembra que é objetivo da própria BNCC fomentar “a curiosidade científica e a familiarização com outras formas de raciocínio”²². O Ensino de História Antiga, justamente por ter uma perspectiva abrangente e proporcionar o contato com uma multiplicidade de fontes, documentos e monumentos, pode colaborar para garantir esse objetivo. A História Antiga pode, então, superar as fronteiras tradicionais do conhecimento histórico, possibilitando acesso à toda experiência humana, pois toda ela tem relevância para a área. Assim, a pretensão é de que o Ensino de Antiga colabore para afirmar “a pluralidade da experiência dos sujeitos históricos como algo enriquecedor da formação dos estudantes e como elemento constitutivo de uma concepção ampla de cidadania e expressão do acesso irrestrito à informação e à formação de sujeitos críticos e ativos”²³.

Considerando a síntese das críticas da área de Antiga produzidas no âmbito do GTHA, Alexandre Moraes, escolhido, em diálogo com a própria ANPUH, pelo coletivo do GTHA como seu representante, reuniu-se nos dias 17 e 18 de fevereiro de 2016 no âmbito da Secretaria de Educação Básica (SEB) do Ministério da Educação (MEC), em Brasília, e participou da elaboração da “Carta de Intenções” da BNCC, que considerou que a História Antiga devesse fazer parte de um currículo nacional, pois colabora, dentre muitas outras coisas, para a compreensão da noção de temporalidade como eixo central do conhecimento histórico. A diversidade e a alteridade tão presentes no raciocínio histográfico desenvolvido na área de História Antiga não seriam apenas com relação ao espaço, mas também ao tempo, alargando noções como: fronteira, território, temporalidade, dentre outras²⁴.

A ANPUH – Associação Nacional de História –, considerando as proporções que o debate havia tomado, convidou Pedro Paulo Funari para elaborar um parecer sobre o tema. Na ocasião, além do argumento da universalização do conhecimento, o professor da UNICAMP também defendeu que a ausência da História Antiga em um currículo nacional poderia aprofundar desigualdades em um país já desigual como é o Brasil. Segundo ele, um currículo nacional deve fornecer a possibilidade de aquisição de “um repertório cultural que não deve ser apanágio de poucos, se estivermos preocupados com a igualdade de acesso ao

²² BRASIL, op. cit., p. 243.

²³ REDE GOIANA DE PESQUISA EM HISTÓRIA ANTIGA E MEDIEVAL. *Carta aberta sobre BNCC (MEC)*. Goiânia, 1 dez. 2015. Disponível em: <<https://www.facebook.com/edson.arantes.148/posts/1052502081436782>> Acesso em: 2 abr. 2019.

²⁴ CARTA DE INTENÇÕES. *Registro da reunião entre os representantes da ANPUH – Associação Nacional de História e os especialistas responsáveis pela produção do documento preliminar do componente História Base Nacional Comum Curricular (BNCC)*. Realizada na cidade de Brasília, 18 fev. 2016. Disponível em: <<https://www.anpuh.org.br/index.php/2015-01-20-00-01-55/noticias2/noticias-destaque/item/3307-colaboracao-da-anpuh-nacional-na-revistao-da-proposta-da-bncc>>. Acesso em: 2 abr. 2019.

conhecimento e às oportunidades”²⁵. De acordo com o autor, é tentando garantir essa igualdade que trabalham os países com as menores disparidades sociais, “como Portugal, Espanha, França, Alemanha, ou Suécia, pelo princípio de permitir a todos conhecer o passado, próximo ou distante, para que todas as pessoas tenham as mesmas oportunidades”²⁶. É importante que os estudantes brasileiros conheçam a história em sua integridade, uma ideia presente no próprio título do parecer. Funari argumenta que ensinar História Antiga aos jovens brasileiros é, então, garantir “a inclusão de uma perspectiva universal, que dê conta do repertório da tradição e inclua um inventário de diversidades, [o que] poderá resultar em uma educação menos excludente”²⁷.

Em entrevista concedida à rádio da UNICAMP, Funari explica algumas questões sustentadas em seu parecer técnico. A ideia é de que as elites brasileiras jamais deixaram de estudar História Antiga. Caso retirada da BNCC, a população mais carente ficaria sem acesso aos conhecimentos dessa área, disponíveis somente aos que pudessem pagar, geralmente a partir de escolas particulares²⁸. Ele lembra ainda que o Brasil é um país multicultural, que recebeu imigrações do mundo inteiro. Isso precisa fazer parte do Ensino de História, pois integra a História do Brasil. O estudo da Antiguidade permite aprofundar também tal aspecto, relevante em um mundo globalizado. Ou seja, a compreensão da Antiguidade auxilia a expandir a profundidade do conhecimento histórico e a diversidade, pois fornece referenciais comparativos e garante diversidade e igualdade²⁹.

A questão da universalidade da História Antiga e da igualdade de oportunidades que a disciplina proporciona também se fez presente nas argumentações da Sociedade Brasileira de Estudos Clássicos (SBEC). Durante assembleia geral da entidade, que ocorreu em seu XX Congresso, realizado na cidade de Mariana, Minas Gerais, foi criada uma comissão nacional para elaborar um documento sobre a proposta do Governo. Foram escolhidos para compor a comissão cinco professores de História Antiga: Katia Paim Pozzer (UFRGS), Manuel Rolph Cabeceiras (UFF), Norberto Guarinello (USP), Regina Bustamante

²⁵ FUNARI, Pedro Paulo A. Parecer para o MEC sobre a Base Nacional Comum Curricular: a história em sua integridade 17/02/2016. 2016. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/relatorios-analiticos/Pedro_Paulo_A._Funari.pdf> e/ou <https://www.academia.edu/22106025/A_Historia_em_sua_integridade_a_prop%C3%B3sito_da_Base_Nacional_Comum_Curricular>. Acesso em: 21 de Maio de 2019.

²⁶ FUNARI, IDEM.

²⁷ FUNARI, IDEM, P. 03.

²⁸ FUNARI, Pedro Paulo A. Entrevista. Pedro Paulo Funari fala sobre Base Nacional Comum Curricular de História. 9 mar. 2016. Série Conexão Cultura. RTV Unicamp. Disponível em: <http://www.rtv.unicamp.br/?audio_listing=pedro-paulo-funari-fala-sobre-base-nacional-comum-curricular-de-historia&fbclid=IwAR1R5jZrlm6e5umnlaBwwiIureYIOfRNBFn_1BK7GNGxk1ns91dOZYqhxhM>. Acesso em: 02/04/2019.

²⁹ Ibid.

(UFRJ) e Renata Garraffoni (UFPR). Segundo as considerações feitas pela SBEC na ocasião, a exclusão da área de História Antiga da BNCC “é fato grave, pois fere o princípio de oportunidade e de igualdade do ensino de parte fundamental da História da Humanidade para todos os estudantes”³⁰.

Justamente por debater uma formação assim, o Ensino de História Antiga também é um incentivo ao diálogo internacional. Esse é um dos argumentos apresentados pelo documento intitulado “Manifesto do GTHA sobre a BNCC”, no qual é possível verificar as assinaturas de Adriene Baron Tacla (UFF) e Alexandre Carneiro Cerqueira Lima (UFF), na ocasião, coordenadores nacionais do Grupo de Trabalho em História Antiga da ANPUH. De acordo com o manifesto, os estudos sobre a Antiguidade pensam “as movimentações populacionais entre os continentes, a circulação de ideias e objetos pelo Atlântico, pelo Mediterrâneo, Oceano Índico e até o Mar da China. Portanto, não perpetuam visões eurocêntricas, mas ao contrário as combatem”³¹. Assim, a área contribui para a compreensão das histórias globais, transnacionais e interconectadas, sobretudo valorizando perspectivas comparadas no tempo e espaço. Houve investimento público na área de História para ampliar a internacionalização do ensino, uma intervenção do Governo Federal e seus principais órgãos de pesquisa (CAPES e CNPQ). Uma História nacionalista, como a proposta pela primeira versão, que exclui a reflexão sobre as sociedades antigas, caminha na direção contrária dos objetivos definidos pelos principais documentos da área de Educação. A História Antiga pode garantir a compreensão de experiências múltiplas ao longo da História da humanidade, o que certamente se conecta às perspectivas de internacionalização do ensino, pois estudar as sociedades antigas significa ampliar o ensino, a pesquisa e a extensão na área de História para outras territorialidades e temporalidades, dialogando com pesquisadores (as) do mundo inteiro³². É característica de quem faz pesquisas sobre Antiguidade, por exemplo, o estudo de línguas estrangeiras, tanto antigas, como o Grego, o Latim, o Egípcio, o Hebraico, quanto modernas, como o Alemão, Francês, Italiano, além, claro, do Inglês.

O Ensino de História Antiga possui ferramentas, então, para desmobilizar o eurocentrismo, um argumento também lembrado. Segundo Fábio Frizzo, a História Antiga

³⁰ SBEC. *A SBEC e a BNCC*. Mariana, Minas Gerais. Dezembro de 2015. Disponível em: <https://www.facebook.com/groups/sbec.classica/permalink/10153883494517139/>. Acesso em: 2 abr. 2019.

³¹ MANIFESTO DO GTHA. *Um manifesto pela História e pelas experiências das culturas da Antiguidade*. Rio de Janeiro, nov. 2015. Disponível em: <https://anpuh.org.br/index.php/bncc-historia/item/3123-manifesto-do-gtha-sobre-a-bncc>. Acesso em: 2 abr. 2019.

³² Ibid.

debate “milênios de experiências humanas interessantíssimas”³³. Justamente por isso, sua trajetória cronológica fornece possibilidades ao Ensino de História que não estão disponíveis em outro lugar. Neste imenso arco cronológico, o autor aponta para o fato de que nem sempre a Europa foi centro, muito pelo contrário, “a África e parte da Ásia foram o centro mais dinâmico da história humana e isto é um tema fundamental para demonstrar uma crítica verdadeira ao eurocentrismo”³⁴. Ou seja, “durante a maior parte da trajetória humana, a Europa não passou de uma periferia no que diz respeito ao desenvolvimento social da nossa espécie”³⁵. Assim, não se justifica a retirada de História Antiga, sobretudo do Egito Faraônico, se o objetivo é desmobilizar o eurocentrismo, pois a área vem trabalhando a questão há décadas³⁶.

É a mesma linha de argumentação de Alexandre Moraes. Para ele, a História Antiga contribui para o questionamento das ideias eurocêntricas, objetivo da própria BNCC. Estudar a Antiguidade fornece-nos subsídios para tecer comparações que ultrapassem as barreiras simples territoriais e espaciais de uma História nacional. Moraes explica que discutir a República Romana, por exemplo, colocaria a própria noção de república em perspectiva; a questão feminina na Atenas Clássica poderia nos auxiliar a pensar questões de gênero de nosso tempo; a democracia ateniense pode auxiliar a pensar nossa própria democracia; discutir o processo de “branqueamento” da História Egípcia pode nos auxiliar a pensar sobre preconceito e racismo. Para o autor, a História Antiga amplia o debate do Ensino de História³⁷.

Devemos também estudar História Antiga para compreender a política contemporânea. Para Priscila Gontijo Leite, há ligações entre a Antiguidade e o Brasil e precisamos de História Antiga para “encontrar novas leituras de mundo e, com esse novo olhar, possamos encarar os desafios futuros, principalmente no campo da política”³⁸. Segundo a autora, constantemente, exemplos do passado antigo são utilizados de forma equivocada pelos políticos brasileiros, algo que se mostrou constante durante o processo de votação do

³³ FRIZZO, Fábio. A Base Nacional Curricular Comum (BNCC) e os descaminhos do ensino da Antiguidade Egípcia no Brasil. In: BRANCAGLION JR., Antonio; GAMA-ROLLAND, Cintia Alfieri (org.). Semna: estudos de egiptologia III. Rio de Janeiro: Seshat - Laboratório de Egiptologia do Museu Nacional, 2016. p. 49-68.

³⁴ Ibid., p. 56

³⁵ Ibid.

³⁶ FRIZZO, op. cit.

³⁷ MORAES, Alexandre Santos de. *Resposta a Hebe Mattos sobre a BNCC e os historiadores*. Disponível em: <https://medium.com/@alexandremoraes/resposta-a-hebe-mattos-sobre-a-bncc-e-os-historiadores-http-conversadehistoriadoras-com-2015-959892416794?fbclid=IwAR2leSGopSFUYogSTRZhe5fcoAYeDMYLKRDoiOKT-wIfsXucmZAvPkNpUI>.

Acesso em: 2 abr. 2019

³⁸ LEITE, P. G. Ensino de História, reformas do ensino e percepções da Antiguidade: apontamentos a partir da atual conjuntura brasileira. *Mare Nostrum*, v. 8, p. 13-29, 2017. Cf. p. 28-29.

processo de “impeachment” da presidenta Dilma Rousseff. O fato de os políticos recorrerem a tais exemplos por si só já demonstraria a importância do estudo da Antiguidade. Porém, para Leite, o problema tem raízes mais profundas, uma vez que caso a BNCC tivesse levado adiante a ideia de retirar História Antiga do currículo nacional, a maior parte da população deixaria de ter acesso às ferramentas necessárias para compreender os usos do passado antigo feitos pelos políticos brasileiros, estando em desvantagem para sequer perceber os equívocos apresentados³⁹.

É o argumento também defendido por Ygor Klain Belchior, na ocasião na Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP) e agora na Universidade Estadual De Feira de Santana (UEFS), que, escrevendo junto com Ana Lucia Santos Coelho, sustenta que o mundo antigo é um entre os universos que compõem a sociedade multicultural brasileira. A partir de uma espécie de elogio ao anacronismo, são confrontados os motivos que alimentaram a contestação política de Nero, imperador romano na Antiguidade, e de Dilma Rousseff, governante brasileira da atualidade afastada pelo golpe parlamentar-jurídico-midiático de 2016, para tentar responder à pergunta: o que é um bom governo? Assim, o estudo da Antiguidade pode proporcionar uma compreensão de semelhanças e divergências, mudanças e permanências que auxiliariam os estudantes na avaliação de questões políticas do tempo presente. Ou seja, “a política brasileira é útil para a proposição de abordagens sobre o mundo antigo e vice-versa”⁴⁰. Para Farias Júnior, o Ensino de História Antiga pode fornecer subsídios para auxiliar os estudantes brasileiros a “perceber diferentes categorias de pensamento, particularidades quanto a valores e princípios político-culturais bem como especificidades no âmbito da organização administrativa”⁴¹. Assim, como aponta Denis Correa, o Ensino de História Antiga pode ampliar a compreensão do Brasil contemporâneo⁴².

Cláudia Beltrão da Rosa, professora de História Antiga da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), observa que “mesmo no nível mais cotidiano, é difícil escapar dos clássicos”. Segundo ela, “desde as colunas que adornam as fachadas dos bancos, dos edifícios públicos e dos condomínios residenciais que se pretendem luxuosos aos filmes hollywoodianos, o clássico faz parte do tecido da nossa modernidade diária”. Seja porque nosso idioma é uma língua latina e nossas palavras com ela se conectam seja por conta das diversas apropriações e ressignificações que fizemos ao longo do tempo, “os clássicos,

³⁹ Ibid.

⁴⁰ BELCHIOR, Ygor Klain; COELHO, A. L. S. A BNCC e a História Antiga: uma possível compreensão do presente pelo passado e do passado pelo presente. *Mare Nostrum*, v. 8, p. 62-78, 2017.

⁴¹ FARIAS JÚNIOR, op. cit., p. 7-8.

⁴² CORREA, Denis. A base e o edifício: balanço e apontamento sobre a fortuna crítica da BNCC. *Revista do Lhiste*, Porto Alegre, 2016. Artigo Livre.

então, estão ao nosso redor e em nosso interior, tenhamos consciência disso ou não”. Assim sendo, não faz o menor sentido pensar em uma Antiguidade desconectada com o Brasil do tempo presente, pois ela tem ligações com o nosso país. A autora recorre a Koselleck e Funari para argumentar que “boa parte, senão a maior parte, dos conceitos ocidentais modernos implicam apropriações e ressemantizações de conceitos, noções e palavras oriundas do grego e/ou do latim, em um processo cuja estruturação é demonstrada por Reinhart Koselleck, em seus estudos sobre a contemporaneidade do não-contemporâneo”, por isso, afirma, o estudo da Antiguidade é fundamental⁴³.

Outro argumento, apresentado por Farias Júnior, é o de que a História Antiga é capaz de mostrar aos estudantes uma amplitude de fontes, pois nas aulas de História Antiga é comum a reflexão, análise e interpretação de diferentes tipos de fontes históricas (papiros, cerâmica, estátuas, moedas, e assim por diante). De igual modo, amplia a reflexão sobre a natureza lacunar das fontes, bem como todo o longo processo de descoberta, sistematização, classificação, catalogação, edição, digitalização, tradução, dentre outras interferências até que uma fonte utilizada para a escrita de alguma temática de História Antiga possa ser utilizada no livro didático⁴⁴.

Considerando isso, o Núcleo de Estudos Mediterrânicos (NEMED) da Universidade Federal do Paraná (UFPR), cujo um dos líderes é o antiquista Renan Frighetto, também elaborou uma nota sobre a BNCC ressaltando que o Ensino de História Antiga pode colaborar para a formação da cidadania, o aprimoramento do senso crítico, a compreensão de que as ideologias são construções parciais da realidade e a noção de que as diversidades são importantes. Tudo isso, de acordo com o documento, ficaria impedido caso tivesse sido aprovada a ideia de um Ensino de História que contemplasse apenas temporalidades posteriores ao século XVI, como apareceu na proposta da BNCC em sua primeira versão. O Ensino de História Antiga garantiria no currículo nacional uma História dinâmica, cinética, de dimensão universal, que respeita a multiplicidade de ideias, de visões de mundo e cosmogonias, de pontos de vista políticos. Lemos no documento do NEMED que “o mundo não começou no século XVI nem para África, nem para o Brasil, nem para Portugal, nem para qualquer outra parte desse planeta” e que a História Antiga pode “mostrar com evidências diversas que as sociedades mudam, que se refazem, que empregam tempo e energia diversos

⁴³ BELTRÃO, C. Em tempos de BNCC, algumas considerações sobre o ensino de Antiguidade Clássica no Brasil. Disponível em <http://simpohis2016.blogspot.com/p/claudia-beltrao.html> Acesso em: 2 abr. 2019. BUENO, André; ESTACHESKI, Dulceli; CREMA, Everton (org.) Para um novo amanhã: visões sobre aprendizagem histórica. União da Vitória: LAPHIS: Sobre o ensino, 2016. v. 1. p. 69-78.

⁴⁴ FARIAS JÚNIOR, op. cit., p. 12.

para encontrarem soluções para seus problemas”, por isso, retirar História Antiga de um currículo nacional seria “amputar o conhecimento histórico”⁴⁵.

Foi isso que talvez tenha levado o professor Marcos Caldas da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) a considerar a primeira versão da BNCC como “auriverdeocêntrica”⁴⁶. Escrevendo para o jornal Folha de São Paulo, o assiriólogo Marcelo Rede, professor da USP, afirma que a ausência dos estudos sobre Antiguidade representaria o assassinato da História, título de seu texto para o periódico paulista, pois deixa-se de contemplar horizontes essenciais da trajetória humana. Segundo ele, a História Antiga auxilia o estudante a compreender tais horizontes e amplia sua noção temporal dos processos sociais, questões que são características da própria área de História, cujo estudo “tem impacto decisivo nas concepções de mundo de grupos e sociedades, na formação de seus interesses morais e materiais e na fabricação de seus projetos de futuro”⁴⁷.

Além dos textos e áudio mencionados, os (as) professores (as) de História Antiga fizeram intervenções em diversos espaços, debatendo, apresentando trabalhos etc. São os casos de Alex Degan, na ocasião na Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM) e agora na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), que participou no Debate “Jornada de Ensino de História ANPUH-MG – A Base Nacional Comum Curricular em Debate”, em 17 de fevereiro de 2016, realizado no Anfiteatro da FUNEPU, Uberaba – MG; Adriene Baron Tacla (debatedora) e Manuel Rolf Cabeceiras (principal divulgador), que participaram no debate sobre a BNCC promovido pelo Centro Acadêmico de História da UFF (Niterói, RJ), realizado na Sala Paulo Freire, Bloco D, Sala 318, e Auditório do Bloco O da referida instituição; Alexandre Moraes, também da UFF, apresentando o trabalho “Eurocentrismo e os debates sobre a BNCC”; Renato Pinto, da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), que falou sobre “a História Antiga e a BNCC” no Colóquio História Antiga – Ensino e Pesquisa; Cláudia Beltrão, que apresentou o trabalho “em tempos de BNCC, algumas considerações sobre o ensino de Antiguidade Clássica no Brasil”; além da “discussão sobre a BNCC – Fórum dos docentes de História Antiga e Medieval”, realizada pela Universidade Federal do

⁴⁵ NEMED SOBRE O BNCC HISTÓRIA – ESPECIALMENTE ENSINO MÉDIO. Curitiba. 30 nov. 2015. Disponível em: http://nemed.he.com.br/nemed-sobre-o-bncc-historia-especialmente-o-ensino-medio/?fbclid=IwAR0SVyjlZA9VMp__LaQYwQ4hiuyUpdv72OZ9rQA-PSIzj4z_3XmTBoCHAew. Acesso em: 2 abr. 2019.

⁴⁶ CALDAS, Marcos. *Carta sobre a proposta da BNCC*. Rio de Janeiro, nov. 2015. Disponível em: <https://www.anpuh.org.br/index.php/bncc-historia/item/3128-carta-do-prof-dr-marcos-caldas-sobre-a-proposta-da-bncc>. Acesso em: 2 abr. 2019.

⁴⁷ REDE, Marcelo. O assassinato da História. *Folha on line*, São Paulo, 17 fev. 2016. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/paywall/signup.shtml?https://www1.folha.uol.com.br/opiniao/2016/02/1744204-o-assassinato-da-historia.shtml?cmpid=compfb&fbclid=IwAR0N7tnLIQI5CVYX4XtHn5lpzVs7jfU_bBjNo-g0Eas9sN6aXhXqECP75g. Acesso em: 2 abr. 2019.

Rio de Janeiro (UFRJ), que ocorreu às 14:00 no IFCS - UFRJ, 18.12.2015, Rio de Janeiro. Pelo teor dos títulos dos trabalhos, é possível cogitar que os argumentos que justificariam o Ensino de História Antiga na BNCC. Considerando o conjunto dos argumentos apresentados, vejamos, na tabela da próxima página, uma síntese de quais foram as principais justificativas dadas pelos (as) professores (as) de História Antiga no Brasil para legitimar a permanência do Ensino de História Antiga na BNCC. Devemos estudar História Antiga porque a área:

Tabela 1. Quadro contendo motivos pelos quais deve-se estudar História Antiga.

Promove a alteridade, multiplicidade de experiências e percepção de que as identidades são socialmente construídas.
Contribui para compreensão de que a sociedade é uma invenção humana.
Guarda experiências humanas interessantes.
Auxilia em discussões fundamentais à formação do ser humano a partir de temáticas discutidas no mundo todo.
Ensina a relativizar a duração da sociedade capitalista moderna.
Auxilia na crítica ao Eurocentrismo.
Auxilia na crítica do racismo estrutural da sociedade brasileira.
Possibilita discutir as diferentes materialidades das heranças humanas.
Promove conhecimento crítico da história mundial.
Incentiva perspectivas descoloniais, decoloniais e pós-coloniais.
Evita déficit teórico e carência de orientação e sentido.
Fornece uma formação humanista.
Amplia percepção de que o Brasil é parte da história da experiência humana.
Problematiza a ideia do Brasil como parte do Ocidente, apontando a categoria como uma construção sociocultural.
Auxilia na reflexão sobre temáticas importantes do Brasil no tempo presente, aprofundando sua compreensão.
Permite compreender melhor os discursos políticos contemporâneos, produzidos tanto no Brasil quanto no exterior.
É fundamental para a formação de uma cidadania crítica.
Possibilita compreender que heranças significativas da Antiguidade influenciam nosso cotidiano.
Mobiliza saberes de diversas áreas para além da História, possibilitando a inter e a

multidisciplinaridade.
Valoriza perspectivas comparadas no tempo e no espaço.
Colabora para ampliar a internacionalização, valorizando investimento público feito nos últimos anos.
Amplia capacidade reflexiva dos estudantes.
Evita a desigualdade social, permitindo acesso geral de toda a população às temáticas internacionalmente relevantes.
Aprofunda compreensão conceitual.
Amplia conhecimento sobre diferentes fontes históricas.
Aprofunda a compreensão e problematização da natureza lacunar das fontes e metodologias.
Aumenta a compreensão das dificuldades e também das responsabilidades do ofício do historiador.
Auxilia a repensar as fronteiras tradicionais do conhecimento histórico.
Aprofunda o debate sobre Ensino de História no Brasil

Em palestra proferida já em 2018 e disponível no Youtube, Guilherme Moerbeck, professor da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), apesar de não estar analisando a primeira versão, com ela dialoga para também sintetizar o debate. Segundo ele, a História Antiga pode contribuir para aprofundarmos o debate político, debater polarizações, radicalismos, visando o interesse do bem comum, no sentido Aristotélico. Refletir sobre as sociedades antigas pode colaborar para incentivar a curiosidade, a dúvida e a possibilidade de comparações. No entanto, Moerbeck faz-nos uma advertência, é preciso ter cuidado para evitar a visão conservadora e tradicional de uma História Antiga apenas como origem e herança do Ocidente e apenas política, sobretudo de maneira quantitativa, acumulando conteúdos, por exemplo, de grandes nomes, feitos e heróis, principalmente no sexto ano do Ensino Fundamental, algo que é questionado há décadas na área e, no entanto, ainda habita o imaginário até mesmo de professores de História. Assim, se o debate que ocorre na área for atualizado, a História Antiga pode ser crucial para o ensino na escola e auxiliar na

compreensão sobre alteridade social, cultural e religiosa, algo extremamente relevante para interpretarmos, principalmente, o Brasil do tempo presente e do tempo imediato⁴⁸.

É o que afirma Uiran Gebara da Silva, para quem o Ensino de História Antiga pode despertar, ao mesmo tempo, tanto a familiaridade quanto o exotismo e assim, sobretudo considerando a dimensão espaço-temporal, pode colaborar para desnaturalizar a relação dos seres humanos no tempo e, fazendo isso, estará também “deslocando e subvertendo a ideia de uma Antiguidade como herança cultural pura e simplesmente⁴⁹”.

Gilberto Francisco, da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), explica que, reconfigurada, a História Antiga pode ser fundamental “como um tema relevante de narrativas que influencia o debate sobre identidade e memória nacional”⁵⁰.

A Antiguidade precisa ser estudada porque ela “é uma dos reservatórios mais férteis para os usos do passado que a memória coletiva e a história científica eurocêntricas contemporâneas utilizaram para a construção de identidades”⁵¹. Isso é algo que não pode ser ignorado, pois, se o fizermos, corremos o risco de “eliminar a alteridade fundante do passado, algo particularmente inadequado em contextos periféricos (do ponto de vista das economias-mundo capitalistas) como Brasil”⁵². Assim, a História Antiga apresenta potencial “para a crítica e reconstrução das relações de diferentes grupos da sociedade brasileira com o tempo histórico e o espaço mundial”⁵³ e essa seria a principal razão pela qual seria impensável que a disciplina deixasse de fazer parte de um currículo nacional, pois os estudantes brasileiros deixariam de contar com essa importante ferramenta⁵⁴.

Considerações Finais

A partir do que foi discutido ao longo do artigo, vimos que a primeira versão da Base Nacional Curricular Comum (BNCC) foi amplamente questionada por diversos grupos, dentre eles o coletivo de professoras e professores de História Antiga no Brasil. Construída sem discussão por uma pequena comissão de especialistas que não contava com um único

⁴⁸ MOERBECK, Guilherme. Algumas palavras sobre o ensino de História na Educação Básica, consciência histórica e BNCC. 2018. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra). Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=xa3xwwgOm3E>>. Acesso em: 2 abr. 2019.

⁴⁹ SILVA, U. G. Introdução ao Dossiê História Antiga no Brasil: ensino e pesquisa: uma antiguidade fora do Lugar?. *Mare Nostrum: estudos sobre o Mediterrâneo Antigo*, v. 8, p. 1-12, 2017.

⁵⁰ FRANCISCO, G. da S. O lugar da História Antiga no Brasil. *Mare Nostrum: estudos sobre o Mediterrâneo Antigo*, v. 8, p. 30-61, 2017.

⁵¹ MORALES, Fábio Augusto. Por uma didática da História Antiga no ensino superior. *Mare Nostrum: Estudos sobre o Mediterrâneo Antigo*, v. 8, p. 79-114, 2017. Cf. p. 88.

⁵² Ibid.

⁵³ Ibid., p. 104-105.

⁵⁴ MORALES, op. cit.

nome relacionado com os estudos antigos, além de não ter ouvido seus pares na academia e nem as professoras e professores da Educação Básica, a narrativa inicial foi rejeitada pela comunidade dos historiadores profissionais a partir de diversos coletivos e pela própria ANPUH – Associação Nacional de História –, que considerou a ausência de História Antiga como uma lacuna inaceitável da Proposta, algo para o qual não há justificativas⁵⁵. No contexto de tal debate, inúmeros argumentos acerca da importância de se estudar a chamada História Antiga foram produzidos, e aqui foram sistematizados.

Foi possível perceber que tanto a equipe que trabalhou na produção da versão inicial da BNCC quanto aqueles que apoiaram tal narrativa brasilcêntrica e presentista associaram o ensino de História Antiga com algumas nomenclaturas, conceitos e práticas que não possuem primazia na área há pelo menos três décadas. Quem estuda a elaboração de currículos e de planos político-pedagógicos de curso sabe que no momento em que documentos assim são aprovados nas instâncias burocráticas e legais eles já nascem desatualizados, pois tais sistematizações não conseguem acompanhar o ritmo e nem as necessidades do mundo da vida, da vida prática, da vida viva. Por que, então, certos coletivos de historiadores registraram por escrito opiniões tão retrógradas sobre o Ensino de História Antiga, diminuindo, ou até mesmo, em alguns casos, negando sua importância e colaboração para o debate sobre as funções sociais da História no Brasil? Talvez não seja por conta de um déficit teórico, uma dificuldade cronológica, ou um limite historiográfico, mas algo relacionado a um projeto político de poder, cuja finalidade é exercer a primazia sobre determinadas áreas, sobretudo a do Ensino de História, algo que a comunidade dos historiadores profissionais precisa avaliar com cuidado.

⁵⁵ MANIFESTAÇÃO PÚBLICA DA ANPUH SOBRE A BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR. São Paulo, 10 mar. 2016. Disponível em: <https://anpuh.org.br/index.php/2015-01-20-00-01-55/noticias2/noticias-destaque/item/3352-manifestacao-publica-da-anpuh-sobre-a-base-nacional-comum-curricular>. Acesso em: 2 abr. 2019; ANPUH-RIO. *Carta crítica da ANPUH-RIO à composição do componente curricular História na BNCC*. Rio de Janeiro, nov. 2015. Disponível em: <https://www.anpuh.org.br/index.php/bncc-historia/item/3124-carta-critica-da-anpuh-rio-a-composicao-do-componente-curricular-historia-na-bncc>. Acesso em: 2 abr. 2019; FÓRUM DOS PROFISSIONAIS DE HISTÓRIA ANTIGA E MEDIEVAL. *Carta de repúdio à Base Nacional Comum Curricular de História*. Rio de Janeiro, 26 nov. 2015. Disponível em: <https://anpuh.org.br/index.php/bncc-historia/item/3127-carta-de-repudio-a-bncc-produzida-pelo-forum-dos-profissionais-de-historia-antiga-e-medieval>. Acesso em: 2 abr. 2019; TACLA, Adriene B. *Base Nacional Comum Curricular em debate*. Coletânea de links, cartas, reportagens e manifestos. Rio de Janeiro, 30 nov. 2015. Disponível em: <http://www.historia.uff.br/depto/bncc.php>. Acesso em: 2 abr. 2019.